

Resumos

Os 26 trabalhos a seguir foram aprovados previamente pela Comissão Científica do evento e seus autores participaram regularmente das sessões de comunicação oral. Estão aqui apresentados em suas versões sintéticas, pois não foram revisados para efeito de publicação final, como trabalhos completos.

A guerra fiscal entre os Estados e a reforma tributária que se avizinha

Thiago Fernandes Mendes da Silva¹

Resumo: O principal objetivo da presente pesquisa será analisar cientificamente a guerra fiscal entre os Estados e a necessidade de uma reforma tributária institucionalizada o quanto antes, enfatizando um sistema tributário eficiente, considerado fundamental para aumentar a competitividade saudável das empresas e, conseqüentemente, acelerar o ritmo de crescimento econômico do Brasil, gerando empregos e renda para a população. O presente estudo é de fundamental importância para denotar que a política de incentivos fiscais, ligada a uma iminente reforma tributária, possui uma profunda e eficaz fundamentação teórica e econômica; é utilizada em todos os países e se torna positiva e transformadora quando adota critérios seletivos e conectados de forma sagaz a redes de empresas, arranjos produtivos locais, cadeias produtivas, e outros. Para elaboração do trabalho será utilizado o método dedutivo, e a pesquisa será feita de forma bibliográfica e documental. Concluímos que a reforma tributária traz algumas formas de se “amenizar” a questão da guerra fiscal propriamente dita, já que essa reforma é a proposta do Governo Federal para simplificar o sistema tributário brasileiro extinguindo e substituindo os tributos como PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS por um Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), buscando modernizar a arrecadação de tributos e impostos para favorecer a competitividade das empresas. Acatar a Reforma Tributária pode contribuir para solucionar e/ou sintetizar problemas como a desigualdade dos repasses entre os Estados e a possibilidade de garantia de uma alíquota única de ICMS para todos os Estados da Federação e o Distrito Federal.

Sumário: 1. Introdução. 2. Os benefícios da Reforma Tributária em contraposição à Guerra Fiscal. 3. As cargas tributárias no Brasil e a necessidade de homologação da Reforma Tributária. 4. A Reforma Tributária: uma análise positiva e eficaz. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Sistema tributário. Reforma tributária. Guerra fiscal.

¹ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: adcontri@hotmail.com.

A greve política é amparada pelo ordenamento jurídico nacional?

Márcia de Souza Ribeiro Oliveira²

Resumo: O principal objetivo da presente pesquisa será analisar cientificamente a greve política, questionando se o exercício da referida modalidade de greve é amparada pelo ordenamento jurídico brasileiro, ou não. A pesquisa é de fundamental importância para averiguar se os grupos que fazem uso dessa ferramenta estão incorrendo em ato ilícito, abusivo e/ou ilegal ou se apenas estão exercendo um direito que lhes cabe, de uma forma legalmente constituída. Para elaboração do trabalho foram utilizados o método indutivo e a pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e documental. Concluímos que a greve política definitivamente encontra amparo no ordenamento jurídico brasileiro, notadamente na trabalhadores a decisão quanto a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. Contudo o judiciário, notadamente trabalhista, responsável por julgar as questões relativas à greve, não tem reconhecido tal direito, limitando o entendimento de licitude da greve conforme previsão na lei 7783/89 (lei de greve), gerando assim um impasse entre a previsão constitucional e a norma infraconstitucional. Entendemos que em tal situação a Constituição Federal deverá prevalecer. Verificamos a partir deste estudo que as decisões e entendimento jurisprudencial têm aos poucos sinalizado avanço neste sentido.

Sumário: 1. Introdução. 2. O direito de greve. 3. Greve política. 4. Problemática. 4.1. A greve política e a Constituição Federal de 1988. 4.2. O Judiciário e a greve política. 4.3. OIT e a Greve Política. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Greve política. Justiça do Trabalho.

² Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: marcia.oliveira33@yahoo.com.br.

A inconformidade dos parâmetros de pagamento de indenização segundo o art. 223 da CLT perante o ordenamento jurídico brasileiro

*Joyce Lorena Vieira Romão*³

Resumo: O principal objetivo da presente pesquisa será analisar cientificamente o artigo 223 da Convenção de Leis Trabalhistas, questionando sua recepção no ordenamento jurídico brasileiro, observando a inconformidade perante a legislação pátria. O presente estudo é de fundamental importância para a sociedade considerando se tratar de um direito que envolve o trabalho, e por consequência, toda a sociedade. Para elaboração do trabalho foi utilizado o método dedutivo e as pesquisas bibliográfica e documental. Concluímos a presente norma não respeita o normativismo hierárquico brasileiro, ao destituir a noção de equidade constitucional destinada a todas as pessoas, para formular algo totalmente novo na justiça do trabalho que segrega e cria castas de trabalhadores, funcionando como verdadeiro mecanismo para distanciar o empregador detentor do poder econômico do trabalhador que se sujeita.

Sumário: 1. Introdução 2. Tema. 3. Delimitação do tema. 4. Problemática 5. O princípio da equidade no tocante do ordenamento jurídico brasileiro 5.1. Conceito do princípio da equidade 5.2. Aplicação do princípio da Igualdade como regra normativa na edição de leis. 6. Os critérios de Bobbio para caracterizar o direito através da norma jurídica. 6.1. Critério formal. 6.2. Critério material. 6.3. Critério do sujeito que põe a norma. 6.4. O critério do sujeito ao qual a norma é destinada. 6.5. Análise dos critérios sob a ótica do ordenamento jurídico brasileiro. 7. O direito como subproduto da norma e do ordenamento jurídico. 8. O judiciário e seu papel soberano de decidir a validade da norma. 9. Dano extrapatrimonial no direito do trabalho. 9.1. Dano moral no direito civil *versus* dano moral no direito do trabalho. 10. Conclusão. 11. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: CLT. Dano extrapatrimonial. Equidade.

³ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: j.vieira019@gmail.com.

A (in)constitucionalidade das prisões penais em segunda instância

*Ana Izabel Mendes Iplinsky*⁴

Resumo: O artigo tem como objetivo principal a análise referente a constitucionalidade das prisões ocorridas em segunda instância, antes do esgotamento de todas as vias de defesa, ou seja, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, sob uma perspectiva garantista. Com ênfase no princípio da presunção da inocência, bem como o princípio do devido processo legal, a presente pesquisa abordou uma discussão e os diferentes entendimentos e interpretações do Poder Judiciário quanto a execução da pena. A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece em seu texto, no artigo 5º, LVII que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Assim, necessário a análise em que medida a interpretação do Supremo Tribunal Federal afronta o princípio da não-culpabilidade ou presunção da inocência, previsto na Constituição Federal. O presente estudo é de fundamental importância para que seja analisado a importância da decisão do Supremo Tribunal Federal tomada em 2019 e todo o caminho que levou até a referida decisão. Além da análise dos princípios penais, foi realizado um estudo acerca do trâmite da execução penal e dos tipos de penas previstos em lei. Para elaboração do trabalho foi utilizado o método de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, com embasamento em leis, enfatizando a Constituição Federal e o Código Processo Penal, artigos científicos, livros e jurisprudências. Concluímos que a prisão executada antes do esgotamento de todas as vias judiciais, ou seja, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória é inconstitucional e deverá prevalecer o entendimento recém decidido pelo STF de que o cumprimento da pena deverá começar somente após o esgotamento de todos os recursos.

Sumário: 1. Introdução 2. O devido processo legal e a execução penal no Brasil. 3. O princípio da presunção de inocência como garantia do devido processo legal. 4. As prisões penais em segunda instância, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, são consideradas constitucionais? 4.1. Um estudo sobre a (in)constitucionalidade da prisão em segunda instância com base no artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal e o entendimento do STF. 4.2. A impossibilidade de reexame de provas, sob a ótica da Súmula no 7 do STJ, prejudica a garantia da presunção de inocência? 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Prisão em segunda instância. Presunção de inocência. Inconstitucionalidade.

⁴ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: anaiplinsky@gmail.com.

A inconstitucionalidade do regime de separação de bens aos maiores de setenta anos

*Daniela dos Reis Silva*⁵

Resumo: O principal objetivo da presente pesquisa será analisar cientificamente a inconstitucionalidade da imposição do casamento com separação obrigatória de bens aos maiores de 70 anos, questiona-se: o texto constitucional vigente, exposto no artigo 1.641, inciso II é constitucional? O presente estudo é de fundamental importância para enfatizar os princípios constitucionais que são devidamente feridos decorrente há privação de escolhas dos nubentes. Para elaboração do trabalho serão utilizados o método exploratório e as pesquisas bibliográfica e documental. Concluímos que o artigo acima pautado é passivo de interpretações onde apresenta lacunas e conflitos que violam a capacidade civil, princípios da liberdade, da igualdade e da dignidade humana, uma vez que, a alta idade por si só não configura insanidade mental, e ao colocar um idoso nessa condição é vexatório e ilegal para o nosso ordenamento jurídico, deve ser respeitado o direito de tutela patrimonial.

Sumário: 1. Introdução 2. Do casamento. 3. Da capacidade civil do idoso. 4. Dos princípios constitucionais e os direitos dos idosos no que compete ao impedimento de escolha de regime de bens. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Regime de bens. Idoso. Inconstitucionalidade.

⁵ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: danielavini94@gmail.com.

A (in)eficácia das medidas de proteção da Lei Maria da Penha como meio de prevenção do feminicídio

*Erislene da Silva*⁶

Resumo: O principal objetivo da presente pesquisa será analisar cientificamente a (in)eficácia das medidas protetivas estipuladas pela Lei Maria da Penha como fator capaz de coibir a prática de feminicídios, questionando se as medidas protetivas da Lei Maria da Penha são eficazes como meio preventivo dos casos de feminicídio no Brasil. O presente estudo é de fundamental importância para observar os efeitos da violação constante de medidas protetivas, a qual, através da reincidência, acaba ocasionando a prática do feminicídio. Para elaboração do trabalho serão utilizados o método dedutivo, a pesquisa bibliográfica e revisão de literatura. Conclui-se pela ineficácia das medidas de proteção elencadas pela Lei Maria da Penha como meio de prevenção do feminicídio, pois que diversos fatores devem ser sopesados na análise de dados referente aos feminicídios praticado no âmbito de violência doméstica e familiar, os quais variam desde a morosidade da justiça à falta de segurança proporcionada ao Estado.

Sumário: 1. Introdução. 2. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). 2.1. Medidas protetivas estabelecidas pela Lei Maria da Penha. 3. Aspectos históricos do feminicídio. 4. A ineficácia das medidas de proteção da Lei Maria da Penha como meio de prevenção do feminicídio. 5. Conclusão. 6. Referências Bibliográficas.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Medidas protetivas. Feminicídio.

⁶ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: erisleneesandrodavi@gmail.com.

A (in)eficácia do regime simplificado de tributação – Simples Nacional – para as micro e pequenas empresas

*Jesaias Costa Silva*⁷

Resumo: O objetivo da pesquisa será pesquisar cientificamente se o regime simplificado de tributação do Simples Nacional para as micro e pequenas empresas é mais vantajoso frente aos demais regimes tributários. As micro e pequenas empresas se tornaram reconhecidas pela economia, destacando a forte geração de novos empregos. Assim o governo com o intuito de incentivar e promover o tratamento tributário e jurídico diferenciado para as micro e pequenas empresas criou o regime Simples Nacional, concedendo benefícios fiscais e simplificações administrativas, bem como a simplificação dos tributos. Entretanto, ainda que as empresas possuam a opção de escolha pelo Simples Nacional não o fazem, vez que existem exigências que dificultam o enquadramento e manutenção no regime, levando a optarem pelo lucro real ou lucro presumido. O objetivo do presente estudo será analisar os regimes tributários, com ênfase no Simples Nacional, bem como realizar comparação entre os demais regimes. Para desenvolvimento do artigo será utilizado o método de pesquisa qualitativa e documental, com análise de doutrinas, artigos científicos, dados estatísticos, livros, leis e jurisprudências. Concluímos que o Simples Nacional para micro e pequenas empresas não resulta em vantagens significativas para torna-las competitivas ao ponto de manter como força matriz da economia, pelo contrário, pode acarretar em desvantagem, principalmente pelo fato de não permitir o aproveitamento de demais benefícios e incentivos fiscais, ressaltando que o sistema unificado de recolhimento de tributos não é um programa, tampouco um sistema de benefícios fiscais, mas sim um regime simplificado de recolhimento de tributos e de obrigações tributárias.

Sumário: 1. Introdução. 2. O Simples Nacional. 3. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. 4. A comparação dos Regimes Tributários do Brasil frente ao Simples Nacional. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Direito tributário. Simples Nacional. Microempresas.

⁷ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: jcs.udia@gmail.com.

Alienação parental: a violação dos direitos das crianças e adolescentes

Jôse Lucy Barreto de Souza Cavalcante⁸

Resumo: O objetivo principal desta pesquisa é analisar a alienação parental no contexto brasileiro, abordando a questão de se essa prática configura uma violação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes sob a ótica do Direito. Este estudo é de vital importância, pois busca elucidar as implicações jurídicas, sociais e psicológicas da alienação parental, bem como o seu impacto prejudicial no bem-estar das crianças e adolescentes afetados. Utilizamos o método dedutivo e realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental para aprofundar nosso entendimento sobre o fenômeno da alienação parental e suas consequências. Através da análise de vários textos legais e estudos acadêmicos, pudemos avaliar a eficácia da Lei de Alienação Parental no Brasil, bem como as lacunas existentes na sua aplicação. A partir desta investigação, concluímos que a alienação parental, apesar dos esforços legais para preveni-la, efetivamente viola os direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Esta prática afeta negativamente a formação psicológica dos menores, contraria os princípios do melhor interesse da criança e da convivência familiar, configurando uma transgressão de seus direitos assegurados constitucionalmente. Essa constatação sublinha a necessidade de um debate jurídico e social mais amplo sobre o tema, além de incentivar a realização de mais pesquisas para encontrar soluções eficazes que mitiguem este problema preocupante.

Sumário: 1. Introdução 2. Conceito de família. 3. Alienação parental e os direitos das crianças e adolescentes. 4. Violação dos direitos fundamentais 4.1. Infringência à Lei de Alienação Parental e interferência na formação psicológica. 4.2. afronta ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. 4.3. Violação ao princípio da convivência familiar. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Criança e adolescente. Alienação parental. Violação.

⁸ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: josypolumseguros@gmail.com.

Análise da retroatividade do acordo de não persecução penal em processos criminais anteriores à Lei nº 13.964/2019

Glesiano Nunes Freitas⁹

Resumo: O propósito deste estudo é examinar a possibilidade de utilizar o acordo de não persecução penal (ANPP) de maneira retroativa em processos criminais que foram iniciados antes da Lei nº 13.964/2019, contanto que os requisitos objetivos e subjetivos da norma sejam cumpridos. Para tal finalidade, adotou-se uma abordagem dedutiva e dialética, utilizando-se de revisão bibliográfica, análise jurisprudencial acerca do tema, pesquisa doutrinária e de julgamentos relacionados a outros institutos de despenalização. De acordo com a pesquisa realizada, conclui-se que o ANPP pode ser utilizado em casos de fatos ocorridos e processos judiciais iniciados antes da aprovação da Lei nº 13.964/2019, contanto que a denúncia ainda não tenha sido aceita. No entanto, é importante ressaltar que há divergência de opiniões judiciais acerca da retroatividade desse instituto, sendo necessário avaliar a aplicação caso a caso. Além disso, é preciso observar que existem prazos processuais específicos para a oferta do acordo.

Sumário: 1. Introdução. 2. A polêmica em torno da aplicação retroativa do acordo de não persecução penal: desafios e perspectivas. 3. A retroatividade do acordo de não persecução penal (ANPP) e seus impactos no sistema de justiça criminal. 4. Da (ir)retroatividade do acordo de não persecução penal. 4.1. Natureza jurídica do acordo de não persecução penal. 4.2. A aplicabilidade retroativa e a contribuição do acordo de não persecução penal na redução dos processos criminais. 4.3. O acordo de não persecução penal como uma alternativa para a resolução consensual de conflitos. 5. Conclusão. 6. Referências Bibliográficas.

Palavras-chave: Acordo de não persecução penal. Justiça consensual. Retroatividade.

⁹ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: glesianonf@gmail.com.

Análise quanto à culpabilidade de delinquentes psicopatas

*Rayane Oliveira Rosa*¹⁰

Resumo: O principal objetivo da presente pesquisa será analisar cientificamente a culpabilidade dos delinquentes psicopatas questionando se esse delinquente pode responder pelos seus próprios atos, ou seja, essa pessoa vai ser imputável e consequentemente condenado a uma prisão comum por exemplo ou ele será considerado semi-imputável podendo receber uma medida de segurança que se trata de um tratamento médico já que o delinquente é portador de uma psicopatia. Os crimes praticados por esses delinquentes tendem a ser cruéis e em sequência gerando um número significativo de vítimas, movidos simplesmente pela vontade, embora nem todo psicopata será um delinquente como nem todo delinquente é um psicopata. O presente estudo é de fundamental importância para o ordenamento jurídico brasileiro já que existe uma lacuna jurídica causando uma insegurança jurídica quanto aos casos concretos como o de “Chico Picadinho” que se trata de um psicopata brasileiro, seu caso perdura até os dias de hoje como uma incógnita jurídica, pois assumiu dois tipos distintos de culpabilidade em duas condenações distintas, ele é um exemplo claro do crime em série pois mesmo após ter cumprido pena assim que foi solto matou novamente. Para elaboração do trabalho serão utilizados o método indutivo e a pesquisa bibliográfica e documental. Concluímos que essa condição de psicopatia não os faz incapazes de saber o que estão fazendo e as consequências de seus atos. Portanto o a justiça deve observar todos os aspectos para que não devolva a sociedade uma pessoa ainda com potencial para matar novamente e não mantenha alguém.

Sumário: 1. Introdução. 2. Delinquentes psicopatas e seus crimes. 3. Culpabilidade. 4. Da medida de segurança como pena de um delinquente psicopata 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Culpabilidade. Psicopatia. Estudo de caso.

¹⁰ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: rayaneoliveira301@gmail.com.

Aplicabilidade da arbitragem para resolução de conflitos trabalhistas individuais

*Gabriele Oliveira de Sousa*¹¹

Resumo: O presente artigo científico tem como objetivo analisar a aplicabilidade da arbitragem como meio alternativo de resolução de conflitos individuais no âmbito trabalhista. Para isso, serão considerados os princípios protetivos do Direito do Trabalho, a natureza dos direitos trabalhistas e a desigualdade de poder existente entre empregador e empregado. Serão exploradas questões relacionadas à constitucionalidade da arbitragem nesse contexto, levando em consideração a indisponibilidade e irrenunciabilidade de muitos direitos trabalhistas. Também serão abordadas a proteção dos grupos vulneráveis e a limitação da autonomia da vontade como elementos fundamentais no Direito do Trabalho. Por fim, serão apresentadas sugestões para pesquisas futuras que possam aprofundar o tema e buscar alternativas que garantam a proteção dos trabalhadores.

Sumário: 1. Introdução. 2. Resolução de conflitos. 3. Instituto da arbitragem. 4. Constitucionalidade da aplicação de arbitragem para solução de conflitos trabalhistas individuais. 4.1. Irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas. 4.2. Hipossuficiência do empregado. 4.3. Autonomia da vontade. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Direito do trabalho. Resolução de conflitos. Arbitragem.

¹¹ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: sougabriele552@gmail.com.

Da (in)constitucionalidade da confissão como requisito na celebração do acordo de não persecução penal

Enzo Sardela de Faria Freitas¹²

Resumo: O principal objetivo da presente pesquisa será analisar cientificamente a constitucionalidade do requisito da confissão no âmbito do acordo de não persecução penal, introduzido pela Lei 132.964/2019, questionando se o referido requisito não vai de encontro a princípios elementares do direito penal, como o da presunção de inocência. O presente estudo é de fundamental importância para entender se se justifica a suposta celeridade trazida pelo pacote anticrime frente a possíveis violações de direitos fundamentais. Para elaboração do trabalho será utilizado o método a pesquisa dedutivo, baseada na pesquisa bibliográfica e documental. Em síntese apertada, é essencial que o acordo de não persecução penal seja ajustado aos princípios da Constituição Federal, a fim de evitar injustiças e violações constitucionais, considerando que nosso país ainda se baseia em um Estado Positivista, concluindo por sua inconstitucionalidade, frente ao requisito da confissão formal, que violação os princípios da presunção de inocência, do *nemo tenetur se detegere* e da isonomia., dentre outros.

Sumário: 1. Introdução. 2. Justiça penal negociada. 3. Justiça penal negociada no Brasil. 4. O Pacote Anticrime (Lei no 13.964/2019) e a formalização em lei do ANPP. 5. A inconstitucionalidade da confissão como requisito para celebração do ANPP. 5.1. A inconstitucionalidade pelo viés da presunção de inocência 5.2. A inconstitucionalidade pelo princípio do *nemo tenetur se detegere*. 5.3. O princípio da igualdade no processo penal e sua incompatibilidade com a confissão no âmbito da ANPP. 6. Conclusão. 7. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: ANPP. Confissão. Inconstitucionalidade.

¹² Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: enzofaria15@hotmail.com.

Desfiliação partidária por formação de federação: uma análise da possibilidade de justa causa sem perda de mandato

*Diego Aguirre de Melo*¹³

Resumo: O objetivo primordial da presente pesquisa consiste em realizar uma análise científica acerca da lacuna jurídica no que tange à hipótese da formação de federações partidárias, verificando se tal formação pode configurar justa causa para desfiliação partidária sem perda do mandato eletivo. A pesquisa aborda a questão da criação de uma federação partidária como possível justa causa para desfiliação partidária, considerando-se mudanças substanciais no programa partidário e a criação de nova organização política. O presente estudo possui fundamental importância para contribuir com o debate jurídico em curso no Tribunal Superior Eleitoral. Para a elaboração do trabalho, serão utilizados o método dedutivo, a pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que existem elementos suficientes para sustentar a tese de justa causa nos casos de desfiliação partidária em razão de federação partidária, sem que haja configuração de infidelidade partidária.

Sumário: 1. Introdução 2. Tema. 3. Reformas eleitorais. 4. O instrumento das federações partidárias 5. Delimitação do tema. 6. Justa causa em fusões e incorporações 7. Problemática 7.1. Equiparação do direito à desfiliação: comparando fusões, incorporações e federações partidárias 7.2. A mudança substancial do programa partidário na federação 7.3 Desafios na implementação da Lei das Federações Partidárias: realidade local e desfiliação parlamentar 8. Conclusão 9. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Direito eleitoral. Federação partidária. Fidelidade partidária.

¹³ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: diegoaguirrefu@gmail.com.

Filiação socioafetiva: prevalência da filiação afetiva sobre a biológica

Murilo Rodrigues Mendes¹⁴

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar a relevância da filiação socioafetiva e discutir a problemática do artigo que é sua prevalência sobre a filiação biológica, bem como os reflexos do seu reconhecimento no sistema jurídico brasileiro. A presente pesquisa faz-se necessária, mas sem a pretensão de esgotar o tema, haja vista, a necessidade de demonstrar à sociedade que com a promulgação da Constituição de 1988, a paternidade não pode ser mais vista apenas pelo aspecto biológico ou simplesmente registral. O presente estudo é de fundamental importância para proporcionar maior familiaridade com a questão da filiação socioafetiva no ordenamento jurídico brasileiro, com vista a apontar quais os argumentos mais consistentes do ponto de vista jurídico. Para isso utilizaremos a metodologia usada no presente trabalho será a pesquisa bibliográfica e documental, Devido às mudanças sociais ocorridas na sociedade, o Direito de Família passou a valorizar os laços afetivos existentes entre pais e filhos, e passou a reconhecer uma nova modalidade de filiação, a socioafetiva, que é aquela filiação pautada na convivência familiar, na solidariedade, no amor entre pais e filhos, sem que exista necessariamente vínculo biológico ou jurídico entre ele. O atual entendimento doutrinário e jurisprudencial tem admitido com grande frequência a socioafetividade no direito, sob a ótica que a paternidade, não deve ser vista apenas sob laços sanguíneos e registrais, mas pelas ligações afetivas que norteiam as relações ente pais e filhos.

Sumário: 1. Introdução. 2. Filiação. 2.1 Família. 2.2. Tipos de família. 2.3. Matrimonial. 2.4. Homoafetiva. 2.5. Paralelas ou simultâneas. 2.6. Poliafetiva. 2.7. Família monoparental. 2.8. Anaparental. 2.9. Pluriparental ou mosaico. 2.10. Família substituta. 3. Filiação socioafetiva. 3.1. Breve histórico. 4. Prevalência da filiação afetiva sobre a biológica. 4.1. Jurisprudência. 4.1. Prevalência da filiação socioafetiva. 4.3. Prevalência da filiação biológica. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Direito de família. Filiação socioafetiva. Filiação biológica.

¹⁴ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: murilommendes19@gmail.com.

Guarda compartilhada: remédio para alienação parental ou placebo para seus sintomas?

*Fábio Silva Barcelos*¹⁵

Resumo: O principal objetivo do texto é analisar a guarda compartilhada como solução do problema de alienação parental, ou não, questionando se ela realmente interfere na convivência dos pais com os filhos, impedindo a alienação parental. Tendo em vista que a família é considerada, inclusive pela Constituição Cidadã, como base da sociedade, ainda que o tema de família pareça recorrente, é fundamental que seja constantemente rediscutido, pois as alterações na dinâmica familiar são constantes, sendo cabível dizer que é inesgotável a matéria. Para o desenvolvimento do tema, foi utilizado o método indutivo com abordagem qualitativa, por meio da pesquisa descritiva com análise documental e bibliográfica. Ao longo do texto, busca-se criar uma linha de raciocínio onde, sendo a guarda compartilhada ou unilateral, estando todos aptos e com vontade de priorizar o filho, essa relação será saudável, sem atritos, o que afasta o embate. Por isso, para além dos regramentos jurídicos, é necessário que as famílias busquem maneiras de se nutrirem e se unirem, pois a mera sentença judicial não é capaz de tornar as pessoas felizes e presentes na vida do outro. Concluiu-se que a guarda compartilhada, apesar de ser um instituto que promove a igualdade e participação de ambos os pais, sendo mais benéfico que a unilateral na lei, ainda não é capaz de sozinha, exterminar o problema que é a alienação parental.

Sumário: 1. Introdução 2. Direitos e deveres inerentes à família: desdobramentos do poder familiar. 3. Guarda, regime de convivência e melhor interesse do menor. 4. Guarda compartilhada: remédio ou placebo para alienação parental? 4.1. Guarda compartilhada em respeito ao princípio do melhor interesse do menor. 4.2. Democratização do poder familiar: ferramenta para contenção da alienação parental. 4.3. Alienação Parental: problema social independente do regime da guarda. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Direito de família. Guarda compartilhada. Alienação parental.

¹⁵ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: fabiosbarcelos@hotmail.com.br.

Holdings patrimoniais: análise da legitimidade no planejamento sucessório

Roberta Sousa Ferreira¹⁶

Resumo: O objetivo é analisar se a constituição de *holdings* patrimoniais é uma prática legal ou se infringe as normas de herança e partilha de bens. Este estudo é de fundamental importância, em função do aumento significativo na busca por planejamentos patrimoniais e sucessórios, intensificado, principalmente, após os impactos da pandemia da Covid-19. Os empresários estão optando cada vez mais em constituir *holdings* patrimoniais em função das vantagens obtidas e como forma de administrar e proteger seus bens móveis e imóveis, sendo necessário auxílio de um profissional habilitado para estar em conformidade com as normas de herança e partilha de bens, evitando possíveis violações legais e desfavorecimento de algum herdeiro necessário. Para compor esse trabalho, utilizamos o método dedutivo, utilizando-se de pesquisas bibliográficas e documentais. Além disso, a realização desse trabalho possibilitou o aprendizado de como desenvolver um trabalho científico, contribuindo com a comunidade científica e profissionais da área. Concluímos que, as constituições de *holdings* patrimoniais são reconhecidas como uma prática legal, desde que estejam em conformidade com as normas de herança e partilha de bens estabelecidas pelo sistema jurídico e desde que observados os regulamentos e a boa-fé dos envolvidos.

Sumário: 1. Introdução. 2. *Holdings*. 3. Uso de *holdings* patrimoniais no planejamento sucessório e suas vantagens 4. A constituição de *holdings* patrimoniais é uma prática legal ou infringe as normas de herança e partilha de bens? 4.1. A constituição de *holdings* patrimoniais e o exercício da liberdade patrimonial. 4.2. *Holding*: pessoa jurídica independente. 4.3. *Holdings* patrimoniais e o princípio da legítima. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Direito sucessório. *Holding* patrimonial. Legítima.

¹⁶ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: beta2000@live.com.

Liberdade de expressão e equilíbrio

Bruno Santos Silva Porto¹⁷

Resumo: Este trabalho visa lidar com a liberdade de expressão nas redes sociais de modo que possamos questionar se a liberdade de expressão é ou não um direito absoluto isso é importante uma vez que se limitado esse direito poderíamos construir um estrada perigosa para a censura ou a perseguição de opiniões contrárias, embora fique claro a necessidade de alguma ação quando notamos os danos causados por esse direito nos casos da privacidade, dignidade da pessoa humana e Fake News, podemos analisar a seguinte situação onde uma pessoa insatisfeita com o atendimento de um dito restaurante faz uso de sua liberdade de expressão para atacar o estabelecimento na redes sociais com calúnias e expondo os funcionários do local com informações pessoais e ofensas maldosas neste contexto seria a Liberdade de expressão é superior a outros direitos? Para encontrar um equilíbrio entre proteger a liberdade de expressão e evitar a disseminação de conteúdo prejudicial nas redes sociais, é necessário que as plataformas de mídia social sigam as diretrizes estabelecidas pelo Marco Civil da Internet no Brasil, que define a responsabilidade das plataformas de mídia social em relação ao conteúdo postado pelos usuários entendemos que o Código Penal Brasileiro prevê a criminalização de atos de racismo, xenofobia e apologia ao crime, o que ajuda a combater o discurso de ódio e a violência nas redes sociais e as plataformas de mídia social também devem investir em tecnologias avançadas.

Sumario: 1. Introdução. 2. Liberdade de expressão. 3. Liberdade de nas redes sociais. 4.1. Liberdade nas redes contra privacidade. 4.2. Liberdade nas redes contra dignidade da pessoa humana. 4.3. Liberdade nas redes contra fake News. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Redes sociais. Liberdade de expressão. Direitos.

¹⁷ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: b-kaizer@live.com.

Liberdade de expressão e suas limitações e restrições na área militar

Márcio Lopes de Andrade Júnior¹⁸

Resumo: O principal objetivo da presente pesquisa será analisar cientificamente Liberdade de Expressão, questionando se existem limitações no direito à liberdade de expressão na área militar. O presente estudo é de fundamental importância para verificar, estudar e entender que a limitação e restrição ao direito de liberdade de expressão é inconstitucional, caso esteja em desacordo com Constituição de 1988. Porque a liberdade de expressão é um direito fundamental, e os direitos fundamentais são invioláveis. Entretanto a área Militar tem como base a hierarquia e a disciplina, sendo os dois pilares que a sustenta. Para elaboração do trabalho será utilizado o método indutivo, uma vez que este método é de dedução lógica que inicia a partir de casos específicos para alcançar uma conclusão geral. O método indutivo é fundamentado na observação de fenômenos e casos particulares que já ocorreram para se chegar a uma conclusão que possa ser aplicada em outras situações mais amplas, além disso, pode gerar discussões relacionadas ao tema abordado. e a pesquisa bibliográfica e documental. Concluímos que a pesquisa que tem como objetivo analisar a liberdade de expressão na área militar é de extrema relevância para a compreensão de um tema complexo e controverso. A garantia do direito à liberdade de expressão é um direito fundamental, que deve ser respeitado e protegido. Contudo, na área militar, a hierarquia e a disciplina são valores que devem ser preservados, o que pode gerar conflitos em relação ao exercício desse direito.

Sumário: 1. Introdução. 2. Liberdade de expressão na área militar. 3. Liberdade de expressão: limites e restrições. 4. Existem limitações no direito à liberdade de expressão na área militar? 4.1. Das limitações e restrições à liberdade de expressão na área militar. 4.2. Da liberdade de expressão. 4.3. Da hierarquia e disciplina. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Militar. Forças armadas. Liberdade de expressão.

¹⁸ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: mjkmarciolopes2011@gmail.com.

O emprego das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem

*Luiz Martins Vilela*¹⁹

Resumo: Durante toda a história das Forças Armadas do Brasil teve como objetivo atuar no âmbito externo e interno, de forma tal que a própria Constituição Federal sempre deu guarida a todas as suas ações, cujo papel no âmbito interno, sempre se pautou por questões políticas, principalmente na situação em que nosso país vivencia, que é no combate desenfreado à violência, que sempre foi pauta nas diversas reuniões e debates internacionais. A Constituição Federal de 1988 descreve quais são os órgãos que compõem as forças da segurança pública, sendo que o art. 144 da CF/88 enumera de forma taxativa quais são os órgãos e suas atribuições, excluindo nesse sentido, o aparato das forças armadas. A garantia da ordem pública é função dos Estados, através de suas polícias administrativas, sendo que no § 5º do art. 144 da CF/88, estipula a ordem pública como responsabilidade das Polícias Militares, bem como o Art. 142 da Carta Magna, preconiza sobre a atuação das forças armadas na salvaguarda da garantia da Lei e da Ordem, tendo esta instituição, sendo ultimamente demanda para conter as ondas de violência que assola a sociedade, mormente a cidade do Rio de Janeiro. É importante esclarecer que o papel das forças armadas é subsidiário, ou seja, sua atuação só ocorre depois de esgotados todos os demais órgãos enumerados no art. 144 da CF/88, de forma a obedecer ao que preconiza na Carta Magna.

Sumário: 1. Introdução. 2. Órgãos constitucionais responsáveis pela segurança pública. 3. Força policial ou força militar de intervenção. 3.1. Forças Armadas: competências constitucionais. 4. Multifaces do uso da força. 4.1. Garantia da Lei da Ordem: uso das Forças Armadas em apoio ao aparato da segurança pública. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Forças Armadas. Garantia da Lei e da ordem. Segurança pública.

¹⁹ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: luizmartins1998vilela@gmail.com.

O uso do “Sisfron” como ferramenta de redução da criminalidade na faixa de fronteira no Brasil

*Laiane Rodrigues Magalhães de Melo*²⁰

Resumo: O principal objetivo da presente pesquisa será analisar cientificamente o protagonismo das novas tecnologias para combater a criminalidade e conseqüentemente melhorar a segurança pública na faixa de fronteira no Brasil, questionando se como o uso das novas tecnologias podem conduzir a uma diminuição da criminalidade e melhorar a segurança pública na faixa de fronteira no Brasil? O presente estudo é de fundamental importância pois a implementação do SISFRON é necessária para a prevenção e repressão de crimes nas regiões de fronteira entre o Brasil e outros países da América Latina, por intermédio da sua integração com as Forças Armadas, os Órgãos Governamentais e Estados da Federação na Defesa Nacional. Para a elaboração do trabalho foi utilizado o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica e documental, sua natureza é qualitativa, passando pela análise de conteúdo de documentos institucionais, mapeamento dos atores relevantes das instituições envolvidas na proteção das regiões de fronteira, e o papel destas na promoção da segurança pública e de fronteira no Brasil. Ao final espera-se comprovar que o SISFRON surge como importante ferramenta da Política Nacional de Defesa, pois ao mesmo tempo em que prioriza a segurança interna e fortalece a defesa territorial junto às fronteiras, permite ser elo entre os países fronteiriços pela possibilidade de compartilhamento de dados e atuações conjuntas contra os diversos ilícitos transfronteiriços.

Sumário: 1. Introdução. 2. Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras. 3. O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras como instrumento de redução da criminalidade nas faixas de fronteira. 4. A análise da utilização do sistema integrado de monitoramento de fronteiras na redução de criminalidade nas regiões de fronteira no Brasil. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Novas tecnologias. Sistema integrado de monitoramento de fronteiras. Repressão de crimes.

²⁰ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: laianerodriguesmagalhaes@gmail.com.

Os dados obtidos por meio de apreensão de celulares e seus reflexos como meio de prova na investigação criminal

*José Anchieta Paulino da Silva*²¹

Resumo: O problema central da pesquisa será indagar como os dados obtidos por meio de apreensão de aparelhos celulares podem ser requisitados sem ferir a constitucionalidade da proteção a Intimidade elencada no artigo 5º, inciso XII, da Constituição Federal. Também abordaremos nessa pesquisa como o advento da inteligência artificial no Brasil afetou principalmente os campos jurídicos e de investigação criminal trazendo questionamentos acerca de como a tecnologia interfere na garantia do direito de intimidade do indivíduo com tantas tecnologias surgindo a população cada vez mais usa maneiras de guardar dados em um dispositivo. A relação entre direito, inteligência artificial, tecnologia da informação é tri-direcional. Por um lado, tornou-se objeto preferencial da atenção dos que se preocupam em estabelecer um arcabouço jurídico adequado para enfrentar seus riscos. Assistimos, assim, ao surgimento de uma incipiente “Lei de Inteligência Artificial”. Por outro lado, a própria atividade jurídica começa a se transformar em consequência da progressiva introdução da “inteligência artificial no Direito”. A combinação de big data, *machine learning* e técnicas de processamento de linguagem natural está permitindo o desenho de ferramentas que automatizam tarefas jurídicas que até agora só podiam ser executadas por juristas especializados. Dessa maneira o Objetivo do trabalho será questionar se a obtenção de dados de aparelhos durante a abordagem com fundada suspeita sem autorização judicial pode ou não ferir a constitucionalidade do princípio da intimidade. O método de estudos utilizados neste artigo científico foi o dedutivo tendo por base bibliografias, leis, jurisprudências e doutrinas.

Sumário: 1. Introdução. 2. Direito de intimidade de dados pela Constituição Federal e pela LGPD. 2.1. Primeiras investigações criminais. 2.2. As provas cautelares no processo penal. 3. Apreensão de dados durante uma abordagem e seus reflexos como prova. 4. Os dados obtidos por meio de apreensão de celulares e seus reflexos como meio de prova na investigação criminal. 4.1. A Revolução 4.0 na inteligência artificial. 4.2. Os desafios profissionais e organizacionais diante da Revolução 4.0. 4.3. Inteligência artificial e direito. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Investigação criminal. Inteligência Artificial. Revolução 4.0.

²¹ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: paulino.dasilva@hotmail.com.

Responsabilidade civil do empregador em relação à Síndrome de Burnout no ambiente de trabalho

*Jhennifer Carollyne de Oliveira*²²

Resumo: O principal objetivo da presente pesquisa será analisar cientificamente a responsabilidade civil do empregador em relação à Síndrome de Burnout no ambiente de trabalho, questionando se o empregador pode ser responsabilizado pelos danos causados aos funcionários. O presente estudo é de fundamental importância, pois visa contribuir para o entendimento dos direitos dos trabalhadores e para a prevenção da Síndrome de Burnout. Através da análise da responsabilidade civil do empregador, poderemos identificar medidas que possam ser adotadas para evitar a ocorrência dessa condição e promover ambientes de trabalho mais saudáveis. Para elaboração do trabalho, será utilizado o método de pesquisa doutrinária e jurisprudencial, buscando também embasamento teórico em legislações trabalhistas, normas regulamentadoras e jurisprudências relacionadas à Síndrome e à responsabilidade civil. Concluímos que a responsabilidade civil do empregador em relação à Síndrome de Burnout no ambiente de trabalho é um tema relevante e complexo, que exige uma análise cuidadosa das responsabilidades legais envolvidas e a compreensão dessas questões é essencial para garantir e promover condições laborais saudáveis, contribuindo para a prevenção e redução dos casos de Síndrome de Burnout no ambiente de trabalho.

Sumário: 1. Introdução. 2. Responsabilidade civil. 2.1. Responsabilidade civil objetiva e subjetiva. 3. Síndrome de Burnout. 4. Responsabilidade do empregador frente a Síndrome de Burnout. 4.1. Responsabilidade civil do empregador. 4.2. Síndrome de Burnout como doença do trabalho. 4.3. Obrigatoriedade de comprovação do nexo de causalidade com o meio ambiente de trabalho. 5. Conclusão 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Síndrome de Burnout.

²² Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: jhennifercd@gmail.com.

Responsabilidade civil na alienação parental: fundamentos legais, doutrinários e jurisprudenciais que evidenciam a responsabilização do alienador como medida possível e necessária

Eliciele Fagundes da Silva²³ (in memorian)

Resumo: O principal objetivo da pesquisa será analisar a responsabilidade civil no contexto da alienação parental, questionando se é possível responsabilizar civilmente o alienador parental. O presente estudo é de fundamental importância em razão do aumento crescente dos casos de alienação parental, motivados especialmente pela dissolução conjugal na qual um dos cônjuges e/ou companheiro não se conforma com o fim do relacionamento ou a forma como se deu a separação. Para elaboração do trabalho será utilizado o método dedutivo, com coleta de dados realizada em pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que as inovações legislativas possibilitam a melhor análise das condutas característica as da alienação parental, bem como trazem meios mais efetivos para que ações/omissões desse tipo sejam obstadas e desencorajadas. O estudo evidencia que a alienação parental é uma conduta que fere direitos fundamentais da criança e do adolescente, e constitui uma forma de violência psicológica, portanto é claramente uma conduta antijurídica, o que permite afirmar que são preenchidos todos os pressupostos para a responsabilização civil do alienador, sem prejuízo de outras medidas e ações que se fizerem cabíveis e necessárias. Destarte, os levantamentos doutrinários, leal e jurisprudenciais, demonstraram é possível e necessária a responsabilidade civil do alienador, tanto para que ressarcir tanto o outro cônjuge, quanto o menor, pelos prejuízos provenientes de sua conduta, quanto para desencorajar os alienadores e fazer cessar a alienação.

Sumário: 1. Introdução. 2. Apontamentos sobre a alienação parental. 3. A responsabilidade civil e seus pressupostos. 4. A possibilidade da responsabilidade civil genitor alienador. 4.1. Fundamentos doutrinários e legais para responsabilização civil na alienação parental. 4.2. Decisões acerca da indenização por alienação parental. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Alienação parental. Direito de família. Reparação de danos.

²³ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: eliciele@hotmail.com.

***Stalking*: a inefetividade das leis protetivas às mulheres**

Jéssica Lorrani Ferreira Borges²⁴

Resumo: O principal objetivo da presente pesquisa será analisar cientificamente o crime de *stalking*, questionando a Inefetividade das Leis protetivas às mulheres. O presente estudo é de fundamental importância para analisarmos a efetividade da Lei de Stalking recentemente adicionada a legislação e a necessidade de políticas públicas. Para elaboração do trabalho será utilizado o método de pesquisa exploratório e a pesquisa bibliográfica e documental. Concluímos que o presente trabalho busca entender como essa nova sanção pode ser um forte mecanismo para ajudar as mulheres que são vítima de violência e sofrem com essa insistente perseguição. É importante ressaltar os danos gerados a vida da vítima e como isso as pode prejudicar. Ao entender o problema, buscar meios de combatê-lo e penalizar os *stalkers*.

Sumário: 1. Introdução. 2. *Stalking*. 3. Violência contra a mulher. 4. Inefetividade das leis protetivas às mulheres 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: *Stalking*. Vítimas. Obsessão. Perseguição.

²⁴ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: jessicaborges0805@gmail.com.

Superlotação carcerária no Brasil e o desrespeito institucional aos direitos humanos

Luciana Gomes Pereira²⁵

Resumo: O principal objetivo da presente pesquisa será analisar cientificamente o sistema carcerário brasileiro, questionando o papel do Estado e sua responsabilidade institucional perante a superlotação carcerária. O presente estudo é de fundamental importância para a sociedade haja vista o objetivo final da pena, qual seja a ressocialização não ser efetivado, em grande parte por problemas diretamente ligados a superpopulação de presos. Para elaboração do trabalho foram utilizados o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica e documental. Concluímos que o próprio Estado é a principal barreira para a reintegração do preso à sociedade, tal que não há políticas públicas integradoras ou debates públicos que tenham condão de tentar resolver o problema e o próprio pensamento dominante é manter o *status quo* de como o preso é tratado dentro do cárcere.

Sumário: 1. Introdução 2. Tema. 3. Delimitação do tema. 4. Problemática 5. Direitos humanos. 5.1. Os direitos humanos aplicados ao controle normativo pós segunda guerra mundial. 5.2. Estrutura dos direitos humanos. 6. Dignidade da pessoa humana. 6.1. Conceito breve de dignidade da pessoa humana. 6.2. A dignidade da pessoa humana no ordenamento jurídico brasileiro 6.3 A dignidade da pessoa humana e sua relação com a execução da pena privativa de liberdade. 7. Arguição de descumprimento de preceito fundamental 347. 8. A lei de execução penal e o objetivo da pena privativa de liberdade. 9. Princípio do *numerus clausus* (número fechado). 10. Consequências da superlotação na integridade física do preso. 11. Consequências da superlotação na saúde mental do preso. 12. Conclusão. 13. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Sistema carcerário. Superlotação. Direitos humanos. Políticas públicas.

²⁵ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: lucianagomesp8@gmail.com.

Violência obstétrica e a falta de tipificação da impunidade

*Meury Christina Pereira dos Santos*²⁶

Resumo: A presente pesquisa trata sobre a violência institucional, perpetrada no âmbito das instituições de saúde do sistema público, especialmente quando praticada contra a gestante, parturiente ou puérpera, denominada de violência obstétrica. Trata sobre a necessidade de política pública da saúde da mulher e da criança, assim como a formação de profissionais de saúde, tendo em vista a necessidade de mudança das práticas assistenciais e do sistema de atenção ao parto e nascimento, visto que, é preciso trabalhar e promover ações de humanização do cuidado na interface entre a saúde e os aspectos constitutivos da violência obstétrica no Sistema Público de Saúde. E também expor quais são os aspectos sociais e históricos que sustentam as práticas violentas contra as mulheres gestantes, parturientes e puérperas. Como objetivo geral do trabalho pretende-se discutir a violência sofrida por mulheres no ciclo gravídico-puerperal. Assim, temos também como objetivos específicos: analisar as práticas consideradas violentas na atenção obstétrica, bem como apresentar o combate à violência obstétrica no Sistema Público de Saúde. Demonstrar a necessidade de políticas públicas em razão da necessidade de mudanças das práticas assistenciais durante o processo de parto e nascimento. Apresentar a razão da sustentação das práticas de violência obstétrica no aspecto histórico e social. Partindo dos conceitos apresentados o trabalho analisará por meio de pesquisa bibliográfica e legislativa. A humanização do parto se refere à realização de ações e métodos de promoção do parto e do nascimento de forma saudável.

Sumário: 1. Introdução. 2. Direitos da mulher grávida e do feto. 2.1. Formas de violências contra a mulher grávida. 2.1.1. Conceito e classificação da OMS. 2.1.2. Violência obstétrica. 2.2. Conceito. 2.3. Formas. 3. Responsabilização da violência obstétrica no ordenamento jurídico brasileiro. 3.1. Na esfera penal. 3.2. Na esfera cível. 4. Considerações finais. 5. Referências bibliográficas.

Palavras-chave: Violência. Obstetrícia. Humanização.

²⁶ Texto originalmente produzido para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Triângulo – UNITRI como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Direito, no semestre 2023-1. E-mail: meurychristiina@gmail.com.